

Sinesp Infoseg - Sistema de Pesquisa

Ministério da Justiça

Presidência da República

Cabe ao Ministério da Justiça implementar e acompanhar a Política Nacional de Segurança e os programas federais de prevenção social e controle da violência e criminalidade, portanto, se faz necessário coleta e fornecimento de dados em bases variadas.

O Decreto no 6.138/2007 instituiu a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg e a Lei no 12.681/2012 instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e sobre Drogas (Sinesp). Aquela dá base para formulação e execução de ações em todos as esferas de governo; esta coleta, analisa, atualiza, sistematiza, integra e interpreta dados e informações para as políticas da área.

Desenvolveu-se uma plataforma *web* e *mobile* em que é possível pesquisar as múltiplas bases com informações sensíveis sobre indivíduos, armas e veículos, com até dez argumentos simultâneos.

A plataforma abrange os 27 estados, 417 órgãos federais e teve mais de 12 milhões de acessos desde janeiro de 2018 com 58.000 usuários ativos. Proporcionou uma redução de 98% das chamadas técnicas de atendimento (de 10.000/mês para 195/mês), simétrica à redução financeira (R\$ 11 milhões em 2017 e previsão de R\$ 300.000 para 2018).

Caracterização da situação problema

Os meios de comunicação social divulgam diariamente altos índices de violência e criminalidade. A violência se tornou um comportamento comum na vida cotidiana, sendo conforme o Banco Mundial, uma das cinco principais causas de mortalidade nos países da América Latina, como Brasil, Colômbia, Venezuela, El Salvador e México. Tal situação tem colocado as diversas instituições policiais no rol das atenções públicas ocupadas com a discussão a respeito da violência urbana, sendo que a sociedade civil cada vez mais se mobiliza clamando por segurança.

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem o papel de definir, implementar e acompanhar a Política Nacional de Segurança Pública e os programas federais de prevenção social e controle da violência e criminalidade. E para essas ações as integrações entre as bases de dados federais, estaduais e municipais precisavam de maior celeridade à coleta e fornecimento de dados essenciais à investigação e inteligência policial.

Diante desse cenário o governo federal instituiu o Decreto no 6.138, de 28 de junho de 2007 e a Lei no 12.681, de 4 de julho de 2012, com a proposta de oficializar a integração dos dados.

O Decreto no 6.138, de 28 de junho de 2007, instituiu, no âmbito do Ministério da Justiça, a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização Inteligência, Justiça e Defesa Civil.

A Rede Infoseg disponibilizou suas informações para a formulação e execução de ações governamentais e de políticas pública federal, estaduais, distrital e municipais.

Participam da Rede Infoseg os órgãos federais da área de Segurança Pública, Controle e Fiscalização, as Forças Armadas e os órgãos do Poder

Judiciário e do Ministério Público, e, mediante convênio, os estados, o Distrito federal e os municípios.

Em 2012, por meio da Lei no 12.681, o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), com a finalidade de armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional e execução penal e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O Sinesp permite também a integração das redes, sistemas de dados, informações de segurança pública, criminais, do sistema prisional e sobre drogas, garantindo a interoperabilidade dos sistemas de dados e informações, conforme os padrões definidos pelo conselho gestor.

Objetivos da iniciativa

Disponibilizar aos servidores de segurança pública uma solução que operará em plataforma *web* e *mobile* que permita por meio de um único comando pesquisar em múltiplas bases, com até dez argumentos simultâneos, de forma facilitada, as informações criminais e sensíveis sobre indivíduos, armas e veículos. Prover a criação de relatórios selecionados por intermédio de um *click* os dados necessários para a composição deste, tendo como premissas um ambiente seguro e aditável.

Público-alvo da iniciativa

Servidores de órgãos federais da área de Segurança Pública, Controle e Fiscalização, as Forças Armadas e os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, e, mediante convênio, os estados, o Distrito Federal e os municípios, constituindo aproximadamente 800.000 servidores.

Descrição das etapas da prática inovadora

Cria-se em 2007, lastreado pelo Decreto no 6.138, de 28 de junho de 2007, o Sistema de Pesquisa Eletrônica Infoseg com a finalidade de integrar, nacionalmente, as informações que se relacionam com segurança pública, identificação civil e criminal, controle e fiscalização, inteligência, justiça e defesa civil, subsidiando os órgãos de segurança e inteligência em ações e decisões operacionais, táticas e estratégicas.

Figura 60 – Apresentação Infoseg legado – Slide 1



Fonte: Imagem produzida pelo autor

Histórico – Cenário de 2015

Infoseg Legado:

- Falta de evoluções tecnológicas da ferramenta;
- Dificuldade na usabilidade;

- Complexidade na acessibilidade;
- Obsolescência da solução;
- **Abrangência:**
- **Bases de consultas**
- Indivíduos (base criminal dos estados);
- Veículos (consulta por placa, chassis, CPF e CNPJ);
- Receita (nome, CPF e CNPJ);
- Condutores (registro e CPF);
- Consulta integrada (CPF ou nome);
- Interpol (nome);
- Sisme (placa e chassis);
- Armas (Sinarm-PF);
- BNMP (CNJ);
- Desaparecidos (nome).

Fluxo de acesso ao Infoseg Legado

- Complexo;
- Manual;
- Burocrático;
- Quinze passos para a obtenção de acesso a ferramenta (*slide 2*)

Definição do produto:

Uma solução *web* e de dispositivos móveis, que comportará por meio de consultas de vários argumentos simultâneos nas bases disponibilizadas em tipos distintos de informações, tais como: agrupamento de indivíduos, veículos e armas, possibilitando a geração de relatórios, tornando o acesso amigável, rápido e seguro às bases de dados e à disponibilização de um sistema de auditoria permitindo a rastreabilidade do uso da ferramenta, disponibilizando uma base de conhecimento nacional para atender as agências de segurança e órgãos de segurança.

Primeira etapa

- Desenvolvimento da nova aplicação Sinesp Infoseg. Módulo *mobile*
 - » Aplicação para *mobile*, bases veículos (Renavan) e mandados (BNMP).

Segunda etapa

- Desenvolvimento do Infoseg para aplicação *web*
 - » Integração com o Sinesp Segurança;
 - » Gestão de bases X permissões;
 - » Consulta inteligente, considerando as seguintes bases/serviços: mando de prisão, Receita Federal, veículos, Renach, Interpol, desaparecidos, IPTU e o Sinarm.

Terceira etapa

- Desenvolvimento do Infoseg para aplicação *web*
 - » Consulta inteligente – Novo Renach;
 - » Filtro por campos;
 - » Emissão de relatórios.

Quarta etapa

- Atendimento dos relatos de melhorias dos *releases* 2 e 3.

Quinta etapa

- Consulta em lote.

Sexta etapa

- Consulta a desaparecidos;
- Realiza consulta exata quando parâmetro do tipo nome ou nome da mãe for informado entre aspas;
- Índice nacional;
- Consulta a detalhamento do módulo remoto (incluindo documentos, endereços, características físicas, alcunha e outros nomes, dados criminais e informações adicionais);
- Consulta procedimentos;
- Consulta movimentações penitenciárias;
- Consulta processos;
- Permite pesquisa sem limite de registros;
- Permite utilizar o filtro até 3.000 registros;
- Pesquisa avançada permite a seleção múltipla de UF responsável;
- Seção de novidades do *release* na página sobre o Infoseg;
 - » Índice nacional: consulta detalhe do módulo remoto, tratamento do campo RG, reconstrução do serviço.
 - » Consulta inteligente:
 - » Consultar informações de desaparecidos;
 - » Pesquisa exata com aspas.

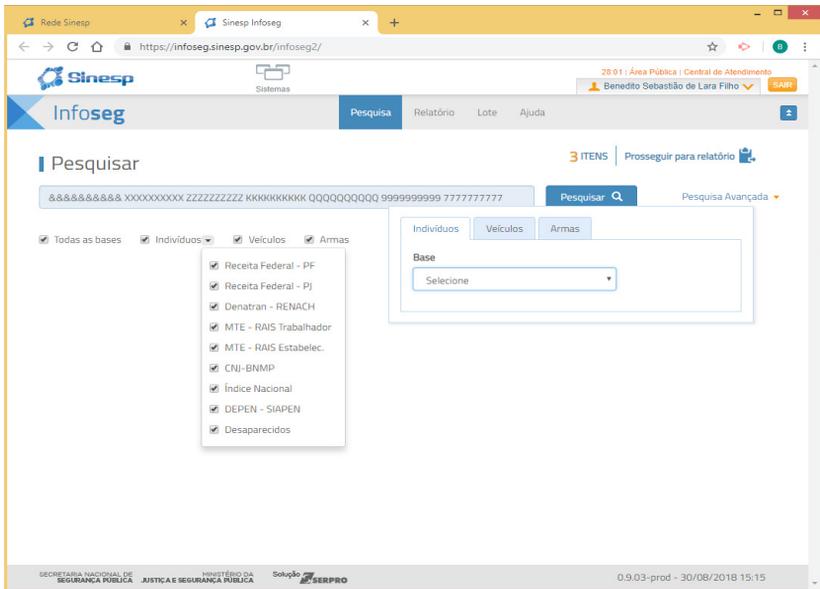
Sétima etapa

- Depen – Siapen:
 - » Consulta internos, dados detalhados, pesquisa avançada e filtros;
 - » Advogados;
 - » Visitantes;
 - » Visitas;
 - » Transferências.
- Rais – Estabelecimentos
 - » Consulta estabelecimentos, dados detalhados, pesquisa avançada e filtros;
 - » Consulta trabalhadores vinculados.
- Rais – Trabalhadores
 - » Consulta Trabalhadores, dados detalhados, pesquisa avançada e filtros.
- Caged
 - » Consulta histórico de movimentações do estabelecimento;
 - » Consulta histórico de movimentações do trabalhador.
- Pessoa física.
- Pesquisa avançada por data de nascimento, número de telefone.
- Pessoa jurídica.
- Pesquisa avançada por número de telefone.
- Reconhece nomes de empresa terminados por EPP, ME, MEI.
- Mandados de prisão:
 - » Pesquisa avançada por situação do mandado (perfil inteligência)
- Histórico de novidades de versões anteriores na página sobre o Infoseg.

A situação hoje

O Sinesp Infoseg é uma solução em produção (Figura 69)

Figura 62 – Tela de pesquisa do Sinesp Infoseg



Fonte: Imagem produzida pelo autor

As funcionalidades desenvolvidas:

- Plataforma *web* (funcionará em todos os *browsers*);
- Pesquisa com até dez parâmetros simultaneamente;
- Pesquisa em lote;
- Método de pesquisa inteligente;
- Acesso a múltiplas bases de dados;
- Índice nNacional;

- Receita Federal – CPF e CNPJ;
- Condutores;
- Renavam;
- BNMP (CNJ);
- Sinarm (Polícia Federal);
- Usabilidade;
- Segurança;
- Auditoria;
- Acessibilidade;
- Geração de relatórios automatizados;
- Depen – Sisdepen
- Ministério do Trabalho e Emprego – Rais/Caged

Abrangência:

- 27 estados;
- 417 órgãos federais;
- Tais como:
 - » ANTT
 - » Anvisa
 - » Advocacia Geral da União (AGU)
 - » Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
 - » Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
 - » Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
 - » Controladoria Geral da União (CGU)
 - » Defensoria Pública da União (DPU)
 - » Judiciário

- » Legislativo
- » Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
- » Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- » Ministério da Cultura (MCT)
- » Ministério da Defesa (MD)
- » Ministério da Fazenda (MF)
- » Ministério da Integração Nacional (MIN)
- » Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
- » Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
- » Ministério da Saúde (MS)
- » Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)
- » Ministério das Cidades (MC)
- » Ministério das Comunicações (MCM)
- » Ministérios das Relações Exteriores (MRE)
- » Ministério das Minas e Energia (MME)
- » Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
- » Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE)
- » Ministério do Esporte (ME)
- » Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- » Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG)
- » Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- » Ministério do Turismo (MTR)
- » Ministério dos Transportes (MT)

- » Ministério Público da União (MPU)
- » Presidência da República (PR)
- » Departamento da Polícia Federal
- » Polícia Rodoviária

Volumetria:

- 12.200.000 acessos (mês de janeiro /2018):

Quantidade de atendimento chamados no mês (janeiro 2018):

- 195 chamados (Infoseg)

Quantidade de usuários:

- 58.000 usuários ativos

Quantidade de órgãos:

- Aproximadamente 470 Órgãos

Por que a iniciativa é inovadora?

A solução Sinesp Infoseg foi desenvolvida com as melhores técnicas e funcionalidades do mercado, é inovadora pela otimização dos processos de consultas. A pesquisa é inteligente, pois disponibiliza a possibilidade de consulta a dez argumentos simultâneos, rastreando em todas as bases disponíveis de forma integrada. A apresentação dos resultados possibilita uma análise detalhada e seleciona os dados importantes para disponibilização em um repositório de forma automatizada objetivando a confecção de um relatório de investigação.

Sua abrangência funcional e tecnológica oferecerá aos servidores de segurança pública voltados para as áreas: operacionais, estratégicas, soluções para abordagens preventivas e análise criminal, minimizando riscos e maximizando a efetividade da atuação policial. Sua aplicabilidade no futuro

permitirá que os agentes façam pesquisa de dados biométricos de indivíduos nas bases do TSE e institutos de identificação dos estados por meio de *tablets* nas viaturas policiais. As próximas etapas disponibilizarão a versão *mobile* para ser utilizada em *smartphone* para uso de agentes de segurança pública.

Do ponto de vista do policial na ponta significa que ele poderá identificar um criminoso do estado da Bahia estando no estado de São Paulo, apreender um automóvel roubado, clonado, pela pesquisa do número do chassi e deter o seu condutor. Identificar a origem de uma arma identificando situações de furto, roubo etc.

De cunho social a identificação e a localização de um cidadão desaparecido. Essa solução predominante é o resultado de uma política pública federal que visa disponibilizar uma efetiva ferramenta para os servidores de segurança pública do país. Tendo como objetivo contribuir para a diminuição dos índices criminais e atender ao clamor da população.

Resultados e/ou impactos da iniciativa

Demonstrativos de resultados – Projeto Sinesp Infoseg

- Ganhos operacionais – Otimização de processos – Solicitação de acesso
 - » Antes quinze passos
 - » Atual quatro passos
 - » Ganho: Otimização 74% do processo
- Volumetria de chamados de atendimento
 - » Antes aproximadamente 10.000 chamados mês
 - » Atual: 195 chamados
 - » Ganho: diminuição de 98% na abertura de chamados
- Ganhos financeiros – Diminuição de despesa com atendimento

- » Despesa anual – valor do atendimento de chamados
- » Antes: R\$ 11.717.673,36 – 2017
- » Atual: R\$ 288.000,00 ano (mês de janeiro R\$ 24.000,00 previsão ano de 2018)
- » Ganho: diminuição de 97.6% – R\$ 11.429.673,36
- Volumetria de usuários da solução
 - » Antes: aproximadamente 33.000 usuários
 - » Atual: 58.000 usuários
 - » Ganho: aumento de 75% de usuários
- Volumetria de usuário
 - » Antes: aproximadamente média de 2.000.000 consulta mês
 - » Atual: 12.200.000 de acessos mês de janeiro
 - » Ganho: aumento de acesso em 84%

Houve utilização eficiente dos recursos?

O custo de desenvolvimento até a última etapa em produção do Sinesp Infoseg foi de R\$ 3.572.353,10. Considerando a diminuição das despesas com o atendimento de R\$ 11.429.673,36 anual para R\$ 288.000,00 anual, podemos afirmar que o projeto Sinesp terá o retorno do investimento em quatro meses. É necessário salientar que todas as etapas são aferidas por uma empresa independente que avalia a entrega do serviço *versus* o valor pago por intermédio da metodologia de aferição de ponto de função.

Parcerias

Consideramos que para a efetivação desse projeto a realização de convênios e termo de cooperação técnica com órgãos foi fundamental para a

disponibilização das bases para consultas consolidadas no Ministério da Justiça ou acessadas remotamente no ambiente dos estados.

- Receita Federal;
- Denatran;
- BNMP (CNJ);
- Policial Federal;
- Estados;
- Depen;
- Ministério do Trabalho e Emprego.

Participação dos beneficiários

A definição do produto contou com a colaboração das opiniões dos participantes dos encontros nacional dos chefes de órgãos de inteligência nos estados, servidores da segurança pública dos estados, membros da Senasp, conselho gestor Sinesp.

Mecanismos de transparência e controle social

- A solução tem um sistema de rastreabilidade de quem, o que, quando, onde acessou aos dados pesquisados.

- O acesso e o perfil serão disponibilizados com a anuência do servidor nomeado pelo estado para executar tal atividade.

Grau de replicabilidade

A solução foi desenvolvida para ser utilizada via *web* em qualquer *browser*. Inclusive a solução pode ser implementada nos países do Mercosul.

Grau de sustentabilidade

Considerando que o desenvolvimento da solução foi realizado dentro do conceito de arquitetura de alta interoperabilidade, ganhos operacionais e financeiros, concluímos que a solução foi construída em pilares sustentáveis, tendo como objetivo o devido uso do orçamento federal e a otimização e racionalização de processos.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora?

Identificamos uma dificuldade enorme na obtenção das bases de órgãos federais, estaduais.

Quais barreiras foram vencidas e como?

Alguns órgãos após inúmeras reuniões disponibilizaram os acessos às suas bases. A maioria após negociação e interesse em ter acesso a solução.

Quais foram os fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora descrita?

O engajamento do Secretário Nacional de Segurança Pública, dos Diretores da Diretoria de Inteligência, Diretoria de Ensino Pesquisa Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal foram fundamentais para a realização deste projeto.

Responsável institucional

Rafael Rodrigues de Sousa

Coordenador de Implantação

Endereço

Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios

Bloco T, 5º andar, Sala 518

Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF – 70.064-900

Data do início da implementação da iniciativa

1º de abril de 2017